a 06/08/2010

9991356/DANIELE BARBOSA DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 13/08/2010 a 13/08/2010

9991356/DANIELE BARBOSA DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 20/08/2010 a 20/08/2010

9991356/DANIELE BARBOSA DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 27/08/2010 a 27/08/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152196
PORTARIA: 2306/2010

Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. 5.810/1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

PARAGOMINAS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999770/ANDRE DE OLIVEIRA SOBRINHO (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 1.5 diárias (Completa) / de 26/08/2010 a 27/08/2010

9991675/RENATO ALBUQUERQUE CHAVES (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 1.5 diárias (Completa) / de 26/08/2010 a 27/08/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152192
PORTARIA: 2304/2010

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS AFETOS A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOMÉ-AÇU

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. 5.810/1994

Origem: TOMÉ-AÇU/PA - BRASIL

Destino(s):

BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991378/MARLY PAIXÃO ALEIXO DOS REIS (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 27/08/2010 a 27/08/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152076
PORTARIA: 3507/2010-PG

Objetivo: PARTICIPAR DO SIMPÓSIO "A EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE", PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Fundamento Legal: ART. 117 DA L.C.E. Nº 057/2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BRASÍLIA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999265/ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO (PROMOTORA DE JUSTIÇA) / 3.5 diárias (Completa) / de 17/08/2010 a 20/08/2010<br

Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - MP/PJFMF

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152423

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA Nº 211/2010

ENTIDADE INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMAZÔNIA VIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O presente legal da entidade Associação Beneficente Amazônia Viva, Sr.João Alberto de Almeida, notificado (fls,04) neste procedimento de prestação de contas finalística da entidade supracitada relativa ao ano calendário 2009, solicita, às fls, 05, a dispensa de fornecimento de prestação de contas informando que a referida entidade "não recebeu nenhum recurso público nos últimos 03 (três) anos", Incluso,àsfls,06 a 16,o estatuto da entidade, Essa,a soma dos fatos.

O artigo 1º do estatuto da Associação Amazônia Viva, define-a como "uma sociedade civil sem fins lucrativos,com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura, a assistência e amparo às pessoas carentes, menor desassistido,bem como o mais franco convívio, mediante efetivação de reuniões e eventos evangélicos, sociais, culturais, cívicos e recreativos" (Grifo do MP).

Logo, a Associação Amazônia Viva, não é uma entidade de finalidade classista voltada para prestar benefícios mútuos aos seus próprios associados. Ao contrário, é uma entidade de interessesocial porque apresenta em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social que visa atender os interessese necessidades de pessoasarentes indeterminadas ou à sociedade em geral na área da educação e cultura, direitos sociais, indisponíveise inalienáveis, nos moldes do artigo 215 da Constituição Federal.

Sendo uma entidade privada com finalidade de interesse social, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do MinistérioPúblico por meio de sua Promotoria competente.

Ao Ministério Público cabe constitucionalmente a defesa dos interessessociais e individuais indisponíveis(art. 127, caput) e a função institucional de proteger o patrimônio quer seja público ou social e também os interesses difusos e coletivos (artigo

129,111, da Constituição Federal).

Na seara infraconstitucional, o Decreto-lei n. 41, de 18.11.1966, dispoendo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Assim, o fato da mesma não ter recebido qualquer recurso público não a exime de prestar contas porque o Decreto-Lei nº 41, de 18.11.1966,no seu artigo 1º, diz que qualquer sociedade de fins assistenciais que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares ou recursos próprios deverá ser fiscalizada pelo Ministério Público.

Logo, o Ministério Público tem legitimidade para exigir, mediante o presente procedimento, a prestação de contas finalística da entidade independentemente da mesma ter ou não recebido recursos públicos ou particulares para a manança das suas finalidades.

Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

Destarte, quando as entidades manejam recursos públicos ou particulares, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCEe TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo "parquet".

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público houve por bem, por absoluta falta de amparo legal, indeferir o pleito da entidade Associação Amazônia Viva por contrariar o Decreto lei nº 41, de 18.11.1966, devendo a mesma ser cientificada da presente decisão, informando-a que a mesma deverá apresentar suas contas até o dia 30.09.2010,sob pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis.

Publique-se.

Notifique-se.

Belém (PA), 23 de agosto de 2010.

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO-Promotor de Justiça

ÓRGÃOS

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152312
TERMO ADITIVO: 3

Data de Assinatura: 07/04/2010

Vigência: 09/04/2010 a 08/10/2010

Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência do contrato administrativo, que teve por objeto a contratação de empresa para a construção do Prédio do CPC Renato Chaves no Município de Santerém.

Contrato: 37/2008

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

06181118425890000 449051 0101000000 Estadual

Contratado: L.A. ENGENHARIA LTDA

Endereço: R Ó de Almeida, Bairro: Reduto, 1230

CEP. 66053-190 - Belém/PA

Ordenador: Raimundo Humberto Sena de Oliveira

INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152405
CONTRATO: 18/2010

Objeto: Fornecimento de passagens aéreas regionais, nacionais e internacionais, e passagens rodoviárias e fluviais.

Valor Total: 50.000,00

Data Assinatura: 26/08/2010

Vigência: 26/08/2010 a 25/08/2011

Registro de Preços: 2/2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

13392118125780000 339033 0101000000 Estadual

Contratado: Dinastia Viagens e Turismo Ltda.

Endereço: Tv D Romualdo de Seixas, 921

CEP. 66050-110 - Belém/PA

Ordenador: Jaime de Oliveira Bibas

AVISO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152431
ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO DO CONCURSO DE BOLSA PARA O EXTERIOR DE PESQUISA E CRIAÇÃO EM ARTES PLÁSTICAS - 2010

O INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ, fundação de direito público integrante da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 03.319.513/0001-58, com sede na Praça Justo Chermont, nº 236, bairro de Nazaré, na cidade de Belém-Pa, CEP 66.035-140, aqui denominado simplesmente IAP, torna público que por conveniência administrativa o calendário constante do item IX do Edital do **Concurso de Bolsa para o Exterior de Pesquisa e Criação em Artes Plásticas – 2010**, foi alterado para o período abaixo especificado:

ATIVIDADE	PERÍODO
INSCRIÇÕES	30/06/2010 - 24/08/2010
PRÉ-SELEÇÃO	25/08/2010
ANÁLISE FINAL	15/09/2010
RESULTADO	17/09/2010
ASSINATURA DO CONTRATO	22/09/2010
VIGÊNCIA DA BOLSA	01/10/2010 - 01/12/2010

Belém, 02 de setembro de 2010.

JAIME DE OLIVEIRA BIBAS

Presidente do IAP

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA E DIÁRIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152404
PORTARIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA/ PROGRAMA CREDPARÁ
PORTARIA Nº 024/2010, DE 02/09/2010

SERVIDOR: Osmar Cebuliski – Matrícula Funcional nº 57191874/1

CARGO: Assessor Especial II

DIÁRIA: 01 (uma) diária

ORIGEM: Belém

DESTINO: Santarém, Itaituba e Monte Alegre

OBJETIVO: Participar da entrega de créditos Programa

CREDPARÁ, nos referidos municípios

PERÍODO: 15 à 21 de Agosto

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

DOURIVAL DE SOUZA PEREIRA

Coordenador Administrativo e Financeiro

PORTARIA DE DIARIA/PROGRAMA CREDPARÁ

PORTARIA Nº 025/2010, DE 02/09/2010

SERVIDORES: Paulo César de Melo – Matrícula Funcional nº 26450/1

CARGO: Auxiliar Administrativo, E Sidney Roberto Oliveira dos Santos -Matrícula Funcional nº 57189701/1

CARGO: Motorista

DIARIA: ½ (meia diária)

ORIGEM: Belém

DESTINO: Mosqueiro

OBJETIVO: Visitar empreendimentos com o objetivo de

levantamento sócio-econômicos

PERÍODO: 03 de Setembro de 2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

DOURIVAL DE SOUZA PEREIRA

Coordenador Administrativo e Financeiro

TORNAR SEM EFEITO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152394

TORNAR SEM EFEITO o 1º Termo Aditivo a Contrato,tendo com contratado Telesistema Comércio e Serviços LTDA. Contrato de nº 008/2009, Publicado no DOE nº 31697 de 29 de Junho de 2010.

LICENÇA PRÊMIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152322

PORTARIA Nº. 990, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.

A Diretora Administrativo-Financeira no uso de suas atribuições delegadas pela PORTARIA Nº. 222, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o requerimento da servidora.

RESOLVE:

CONCEDER a servidora **MARIA DE NAZARÉ LOPES GUIMARÃES**, matrícula nº. 27502/1, ocupante do cargo Técnico D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de **08/09/2010 a 07/10/2010**, correspondente ao triênio **2000/2003**.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 02 de setembro de 2010.

MARGARIDA DO COUTO DIAS

Diretora Administrativo-Financeira

LICENÇA PRÊMIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 152320

PORTARIA Nº. 989, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.

A Diretora Administrativo-Financeira no uso de suas atribuições delegadas pela PORTARIA Nº. 222, de 25 de fevereiro de 2008,